

Subcomissão da Constituinte ANC p 10 pede mais investimentos em informática

JORNAL DA TARDE 23 ABR 1987

Representantes do governo e da sociedade civil participaram ontem, em Brasília, da primeira audiência pública da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicações da Constituinte, encarregada de definir a orientação da nova Constituição para o setor de informática. Todos os participantes concordaram em reforçar a reserva de mercado nessa área, o que também é a diretriz do nosso responsável pela SEI (Secretaria Especial de Informática), José Ezil Veiga da Rocha, que assumiu o cargo ontem.

A principal proposta apresentada na reunião da subcomissão foi a de elevar os investimentos públicos e privados na área de ciência e tecnologia para 2% a 3% do PIB (atualmente, esses investimentos giram em torno de 0,5%). Além dos parlamentares membros da subcomissão estavam presentes, entre outros, o vice-presidente da SBPC, José Albertino Rodrigues, e o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, Antonio Octaviano.

Um ponto bastante cabrado pelos parlamentares foi a dificuldade em se fazer joint-venture tecnológica. Para o presidente da Federação dos Engenheiros, esse procedimento não encontra nenhum empecilho, pois é estabelecido na Lei de Informática. Já o presidente da Cobra disse que é contra esse tipo de associação, pois "a joint-venture tecnológica seria o mesmo que juntar um recém-alfabetizado com um literato e pedir que escreva um livro". Sobre a par-

ticipação estatal na informática, Ivan Marques a considera ineficiente. E para ilustrar sua posição, apontou para o relógio da subcomissão, pertencente ao Congresso Nacional, que está sem funcionar desde o dia 8 de abril.

Apesar da grande preocupação dos três convidados em mostrar aos constituintes a importância da reserva de mercado da informática para o desenvolvimento da indústria nacional e para a conquista da soberania em relação aos países mais desenvolvidos, a audiência pública contou também com momentos engraçados. Um deles ocorreu na intervenção do deputado Fausto Rocha (PFL-SP), que sem ao menos ter conhecimento da Lei de Informática indagou: "Será que essa política tem data para terminar? Pois tenho dois computadores e estou encontrando dificuldades para encontrar peças de reposição". No mesmo instante, o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros informou ao deputado que a reserva de mercado irá até 1992 e o prazo foi estabelecido pelo Congresso Nacional, em 1984.

O novo titular da SEI tomou posse no cargo ontem e já estabeleceu uma meta prioritária para sua administração: deflagrar imediatamente um processo para disciplinar as regras de comercialização de software, independentemente do projeto que está em tramitação no Congresso Nacional. No seu entender, é necessário disciplinar o mercado de software. "A falta de regras está pre-

judicando as nossas relações externas e internas e também dando ao Brasil a imagem de um país que estimula a pirataria."

O novo secretário Especial de Informática garantiu que não se pode esperar que o projeto de lei que estabelece o regime jurídico e as regras de comercialização para o software seja regulamentado pelo Congresso Nacional. Por isso, pretende fazer uma avaliação jurídica das leis disponíveis a fim de encontrar algum ponto de apoio que discipline as regras de comercialização dos programas de computador. Na sua avaliação, as ações da SEI, da Cacex, do Banco do Brasil, da Receita Federal, do Inpi e de todos os órgãos que possam atuar neste campo, serão conjugadas em cima da legislação atual, definindo dessa forma um corpo de regras para que ocorra maior disciplina no setor.

Em seu discurso de posse, o comandante Ezil afirmou que no atual contexto de aperfeiçoamento tecnológico ganha enorme relevância a crítica dos usuários. "A crítica construtiva, livre de preconceitos e de modismos inadequados, é fator decisivo para estimular soluções engenhosas e mais apropriadas às condições do País, que permitam ajustes impensáveis com os expedientes importados." E acrescentou que, para o cumprimento de suas atribuições, a Secretaria Especial de Informática deve atuar com "absoluta unidade e coerência política, que permita uma execução descentralizada, mais flexível e transparente".